

e no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 323-E/2000, de 20 de Dezembro, fixo em € 1,75 o preço dos modelos de impressos n.ºs 101, 101-A, 101-B, 102, 102-A, 102-B e 103, exclusivos dos serviços de identificação criminal.

14 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 87/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 7 de Dezembro de 2005, no exercício de competência delegada:

Paula Alexandra Figueiredo Duarte, auxiliar de acção educativa (escalação 2, índice 151), do quadro de vinculação do distrito de Lisboa, afecta à Escola Secundária Artística António Arroio — nomeada, em comissão de serviço, pelo período de um ano, após aprovação em concurso, auxiliar administrativa (escalação 4, índice 155), do grupo de pessoal auxiliar, para exercer funções no Centro de Estudos Judiciários, ficando exonerada do lugar de origem, a partir da data da sua nomeação definitiva, em idêntico lugar do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, decorrido aquele período, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

Maria Júlia Lopes Barreto, auxiliar de acção educativa (escalação 3, índice 160), do quadro de vinculação do distrito de Lisboa, afecta à Escola n.º 5 do 1.º Ciclo do Ensino Básico de Odivelas — nomeada em comissão de serviço, pelo período de um ano, após aprovação em concurso, auxiliar administrativa (escalação 5, índice 170), do grupo de pessoal auxiliar, para exercer funções no Centro de Estudos Judiciários, ficando exonerada do lugar de origem, a partir da data da sua nomeação definitiva em idêntico lugar do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, decorrido aquele período, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

Carla Alexandra Pereira Rodrigues Seixas, auxiliar de acção educativa (escalação 2, índice 151), em regime de contrato administrativo de provimento, afecta à Escola do Ensino dos 2.º e 3.º Ciclos Fernando Pessoa — nomeada provisoriamente, pelo período probatório de um ano, após aprovação em concurso, auxiliar administrativa (escalação 4, índice 155), do grupo de pessoal auxiliar, para prestar funções no Centro de Estudos Judiciários.

Esta nomeação provisória converte-se automaticamente em definitiva, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

Estas nomeações têm confirmação de cabimento orçamental por parte da 5.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento. (Não carecem de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Dezembro de 2005. — O Director-Adjunto, *Duarte Fonseca*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 88/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Dezembro de 2005 do Ministro da Justiça:

Luís Carlos Antunes Dias, coordenador de investigação criminal do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, a exercer em regime de comissão de serviço o cargo de director de departamento da mesma Polícia — cessada a seu pedido a referida comissão de serviço, com efeitos a partir de 6 de Dezembro de 2005. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 89/2006 (2.ª série). — Por despachos de 11 de Novembro e de 6 de Dezembro de 2005 do director nacional-adjunto, Dr. José de Almeida Rodrigues, da Polícia Judiciária, e do conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa, respectivamente:

Paulo Nuno Madeira Oliveira, auxiliar de apoio e vigilância do quadro do Subgrupo Hospitalar dos Capuchos e Desterro, a exercer funções em regime de requisição na Polícia Judiciária — transferido como auxiliar administrativo do escalão 4 para o quadro da mesma Polícia. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 90/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Dezembro de 2005 do Ministro da Justiça:

João Barata Gonçalves, inspector-chefe do escalão 6 do quadro da Polícia Judiciária, a exercer funções na Polícia Judiciária da Região Administrativa Especial de Macau na situação de licença especial por um ano — autorizada a prorrogação da referida licença a partir de 20 de Dezembro de 2005. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Dezembro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Despacho n.º 91/2006 (2.ª série). — Por despachos de 11 de Novembro e de 7 de Dezembro de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues, e da governadora civil do distrito da Guarda, respectivamente:

Laura Maria Fernandes da Silva Xistra, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Governo Civil do Distrito da Guarda, a exercer funções em regime de requisição na Polícia Judiciária — transferida como especialista auxiliar do escalão 1 para o quadro da mesma Polícia.

Por despachos de 30 de Setembro e de 14 de Dezembro de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues, e do presidente do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, respectivamente:

Susete Faria Alves, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, a exercer funções em regime de requisição na Polícia Judiciária — transferida como especialista auxiliar do escalão 1 para o quadro da mesma Polícia.

Por despachos de 1 de Março e de 14 de Dezembro de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues, e do presidente do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, respectivamente:

Olinda Maria Natividade Vicente, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto da Droga e da Toxicod dependência, a exercer funções em regime de requisição na Polícia Judiciária — transferida como especialista auxiliar do escalão 1 para o quadro da mesma Polícia.

(Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2005. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Serviços Sociais

Despacho (extracto) n.º 92/2006 (2.ª série). — Por despacho de 9 de Dezembro de 2005 do presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça:

Maria Helena Mateus dos Santos Bartolomeu, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça — requisitada, obtida a anuência do serviço de origem, para os Serviços Sociais do Ministério da Justiça, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Dezembro de 2005. Pelo mesmo despacho foi designada para exercer as funções de secretária do presidente do conselho de direcção, ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Dezembro de 2005. — O Vogal do Conselho de Direcção, *João Carlos Ouro Sardinha*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 93/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Duarte Alexandre de Jesus Rodrigues para prestar assessoria técnica ao meu Gabinete na área da

sua especialização, para o efeito requisitado ao Instituto Nacional de Estatística.

2 — A remuneração mensal ilíquida do nomeado é fixada em € 3800 e será actualizada na mesma percentagem que o índice 100 da tabela indicatória do regime geral da função pública.

3 — O nomeado terá direito aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, nos termos legalmente estabelecidos para a função pública.

4 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos, até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 5 de Dezembro de 2005.

9 de Dezembro de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 94/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Dezembro de 2005 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Maria Teresa Rodrigues dos Santos Pereira Urbano, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-DRARN/LVT, tendo exercido funções, em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, na categoria de técnico superior de 2.ª classe estagiário — nomeada definitivamente na categoria de técnico superior de 2.ª classe, escalão 1, índice 400, com efeitos a 6 de Dezembro de 2005, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, considerando-se exonerada do lugar que ocupa actualmente no referido quadro a partir daquela data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Dezembro de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Instituto da Água

Despacho n.º 95/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, do n.º 7 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 191/93, de 24 de Maio, e da autorização que me foi conferida por deliberação do conselho administrativo, sem prejuízo do disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, subdelego no engenheiro José João Monteiro da Rocha Afonso, vice-presidente do Instituto da Água, as competências que me foram delegadas pelo conselho administrativo para:

- Autorizar despesas dentro da competência que lhe está atribuída pela alínea *a*) do n.º 1, pela alínea *a*) do n.º 2 e pela alínea *a*) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
- Autorizar o pagamento dos processos de despesa.

2 — Os processos despachados ao abrigo da presente subdelegação poderão ser avocados para reapreciação.

3 — O delegado poderá, sempre que o entender conveniente, submeter à minha apreciação quaisquer processos que lhe sejam apresentados, ao abrigo das delegações que lhe são concedidas pelo presente despacho.

4 — O presente despacho vigora desde a data da sua assinatura, independentemente da data da publicação no *Diário da República*.

24 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Orlando Borges*.

Despacho n.º 96/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, delego na Dr.ª Luísa Maria Branco Santos Mota Delgado, vice-presidente do Instituto da Água, as minhas competências na coordenação dos seguintes departamentos:

- Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF);
- Direcção de Serviço de Utilização do Domínio Hídrico, na parte relativa à Divisão de Serviços Concessionados (DSUDH/DSC);
- Direcção de Serviços de Planeamento, na parte relativa ao INSAAR (DSP/INSAAR);
- Divisão de Documentação e Informação (DDI);
- Divisão de Informática (DI);
- Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ);

na coordenação das áreas relacionadas com os assuntos referentes a:

- NAOSCE;
- Ex-DELSA;
- Expropriações;
- Planos e relatórios de actividades;

e para decidir nos processos de contra-ordenações a que se refere o Decreto-Lei n.º 218/95, de 26 de Agosto.

2 — Os processos despachados ao abrigo da presente delegação poderão ser avocados para reapreciação.

3 — O delegado poderá, sempre que o jugar conveniente, submeter à minha apreciação quaisquer processos que lhe sejam apresentados ao abrigo das delegações que lhe são concedidas pelo presente despacho.

4 — O presente despacho vigora desde a data da sua assinatura, independentemente da data da publicação no *Diário da República*.

24 de Outubro de 2005. — O Presidente, *Orlando Borges*.

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

Despacho n.º 97/2006 (2.ª série). — Considerando que o lugar de direcção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Obras deste Instituto se encontra suspenso na sequência da nomeação, em regime de substituição, para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau (director de serviços) da Direcção de Serviços de Projectos de Obras do engenheiro João Manuel Furtado Antas Correia da Costa, seu anterior detentor;

Considerando a necessidade de se assegurar o normal funcionamento daquela Divisão e os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo:

Nomeio, ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o assessor principal José Manuel Rodrigues Bernardo Proença, em regime de substituição, para o cargo de direcção intermédia de 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Obras.

18 de Novembro de 2005. — O Presidente do Instituto, *Orlando Borges*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho

Despacho n.º 98/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Dezembro de 2005 do director regional de Agricultura de Entre Douro e Minho:

Paula Maria Bragança Tecedeiro, técnica profissional de 1.ª classe da carreira de técnico profissional do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho — reclassificada na categoria de técnica superior de 2.ª classe da carreira de técnico superior do mesmo quadro, com efeitos a partir de 5 de Dezembro de 2005, dia seguinte à data em que completou o período probatório de um ano, em regime de comissão de serviço extraordinária, ficando posicionada no escalão 1, índice 295. A funcionária fica exonerada do lugar que vinha ocupando com efeitos à mesma data. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2005. — Pelo Director Regional, o Chefe de Divisão de Formação e Gestão de Recursos Humanos, *Jorge Fernandes de Brito*.

Despacho n.º 99/2006 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Dezembro de 2005 do director regional de agricultura de Entre Douro e Minho:

Sónia Isabel Barreira Taveira Pires, assistente administrativa da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho — reclassificada na categoria de técnica de 2.ª classe da carreira de engenheiro técnico agrário do mesmo quadro, com efeitos a partir de 5 de Dezembro de 2005, dia seguinte à data em que completou o período probatório de um ano, em regime de comissão de serviço extraordinária, ficando posicionada no escalão 1, índice 295. A funcionária